

g) garantir a manutenção dos vencimentos e demais vantagens do cargo ou função dos técnicos haitianos envolvidos no Projeto; e

h) tomar as providências necessárias para que as ações desenvolvidas pelos técnicos enviados pelo Governo brasileiro tenham continuidade.

Artigo IV

1. Durante a implementação e execução do Projeto, a gestão da infraestrutura e dos demais bens a ela anexados, quer de natureza móvel ou imóvel, doravante designados em conjunto "infraestrutura", será exercida de forma compartilhada por intermédio de um Comitê de Gestão.

2. A gestão compartilhada visa garantir a boa execução e o monitoramento das atividades previstas conforme o Plano de Trabalho estabelecido no documento de Projeto.

3. O Comitê de Gestão será composto por 6 (seis) membros que serão designados pelas Partes da seguinte forma:

a) o Governo da República Federativa do Brasil, a ABC/MRE, o MDS, o MDA e a CONAB serão, respectivamente, representados pelo Embaixador do Brasil em Porto Príncipe, Haiti, e um responsável pela execução no terreno;

b) o Governo da República do Haiti será representado pelos Ministros da Agricultura, dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Rural (MARNDR), dos Assuntos Sociais e do Trabalho (MAST), da Educação Nacional e da Formação Profissional (MENFP), pelo responsável pelo Comitê Diretivo e pelo Coordenador Nacional responsável pela execução no terreno.

Artigo V

Durante a execução das atividades previstas no documento de Projeto objeto do presente Ajuste Complementar, as Partes poderão dispor de recursos oriundos de instituições públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais.

Artigo VI

Todas as atividades mencionadas nesse Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República do Haiti.

Artigo VII

Os assuntos relacionados aos direitos de propriedade intelectual dos resultados, produtos e publicações provenientes deste Ajuste Complementar serão utilizados de acordo com leis vigentes em ambos os países.

Artigo VIII

1. As Partes poderão tornar públicas para a comunidade técnica e científica internacional informações sobre os produtos e as patentes derivados das atividades de cooperação resultantes do presente Ajuste Complementar, desde que previamente acordado por escrito.

2. Em qualquer situação deverá ser especificado que tanto as informações como os respectivos produtos derivados são resultado dos esforços conjuntos realizados pelas instituições executoras de cada uma das Partes.

Artigo IX

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos pelo Projeto desenvolvido no âmbito deste Ajuste Complementar, os quais serão apresentados aos órgãos coordenadores.

2. Os documentos elaborados e resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto a que se refere o presente Ajuste Complementar serão de propriedade conjunta das Partes. A versão oficial dos documentos de trabalho será elaborada no idioma do país de origem do trabalho. Em caso de publicação dos referidos documentos, deverão as Partes ser expressamente consultadas, científicas e mencionadas no corpo do documento objeto de publicação.

Artigo X

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e permanecerá vigente por 2 (dois) anos, sendo renovado automaticamente, até o cumprimento de seu objeto, salvo manifestação contrária de quaisquer das Partes.

Artigo XI

O presente Ajuste Complementar poderá ser emendado a qualquer momento, por consentimento mútuo entre as Partes, pela via diplomática.

Artigo XII

Qualquer uma das Partes poderá notificar, a qualquer momento, por via diplomática, a sua decisão de desconstituir o presente Ajuste Complementar. A desconstituição produzirá efeito 3 (três) meses após o recebimento da respectiva notificação e não afetará as atividades que se encontrem em execução no âmbito do Projeto, salvo decisão em contrário das Partes.

Artigo XIII

1. Qualquer controvérsia relativa à execução do presente Ajuste Complementar será resolvida por negociação direta entre as Partes.

2. Nas questões não previstas no presente Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti.

Feito em Porto Príncipe, em 25 de fevereiro de 2010, em dois exemplares originais, nos idiomas português e francês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

25 de fevereiro de 2010

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Patrus Ananias
Ministro do Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DO HAITI

Jonas GUE
Ministro da Agricultura, dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Rural

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO HAITI PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "MODERNIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DO CENTRO-PILOTO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL BRASIL- HAITI"

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Haiti
(doravante denominados "Partes"),

Considerando que as relações de cooperação técnica têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti, firmado em Brasília, em 15 de outubro de 1982;

Considerando a importância dada à formação profissional no processo de desenvolvimento do Haiti e na cooperação técnica entre ambos os países, consubstanciada no Acordo de Cooperação Técnica no Setor Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti, firmado em Brasília, em 28 de maio de 2008; e

Considerando o interesse mútuo de promover a cooperação técnica para o desenvolvimento, baseado no benefício mútuo,

Ajustam o seguinte:

Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar tem por objetivo a implementação do Projeto "Modernização e Fortalecimento do Centro-Piloto de Formação Profissional Brasil-Haiti" (doravante denominado "Projeto"), cujos objetivos são:

a) implantar um Centro de Referência em Educação Profissional em Porto Príncipe, à luz das demandas de fortalecimento do Instituto Nacional de Formação Profissional (INFP/MENFP) e de consolidação da aprendizagem na área de comércio e serviços no Haiti;

b) preparar equipe de instrutores para cursos de aprendizagem na área industrial e também uma equipe de gestores para atuação no Centro de Referência; e

c) elaborar e desenvolver programas-piloto de formação profissional.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades a serem realizadas, os resultados esperados no âmbito do presente Ajuste Complementar e o respectivo orçamento.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

Artigo II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar, e

b) o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

2. O Governo da República do Haiti designa:

a) o Ministério da Educação Nacional e Formação Profissional (MENFP) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar, e

b) o Instituto Nacional da Formação Profissional, do Ministério da Educação Nacional e da Formação Profissional (INFP/MENFP), como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

Artigo III

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil, cabe:

a) coordenar e supervisionar a execução do presente Projeto;

b) participar do Comitê de Gestão Compartilhada, conforme Artigo IV;

c) garantir as contribuições financeiras, conforme cronograma de desembolsos constante do Plano de Trabalho respectivo;

d) definir, em conjunto com a instituição executora, os Termos de Referência e as especificações técnicas de bens e serviços que serão adquiridos para o desenvolvimento dos trabalhos, uma vez cumpridos os devidos pré-requisitos;

e) articular-se com as partes envolvidas no processo de implementação do Projeto, quando houver necessidade de modificações e ajustes necessários ao bom andamento dos trabalhos; e

f) receber relatórios de progresso das instituições parceiras de execução com vistas a garantir o acompanhamento e a avaliação do desempenho de suas atribuições.

2. Ao Governo da República do Haiti cabe:

a) executar o presente Projeto;

b) participar do Comitê de Gestão Compartilhada, conforme Artigo IV;

c) designar docentes haitianos para receber a capacitação do SENAI;

d) disponibilizar as instalações e a infraestrutura do Centro-Piloto do INFP em Varreux, Porto Príncipe, para fins do Projeto;

e) prestar apoio aos técnicos enviados pelo Governo brasileiro;

f) responsabilizar-se pelo fornecimento de todas informações necessárias à execução do Projeto;

g) garantir a manutenção dos vencimentos e demais vantagens do cargo ou função dos técnicos haitianos envolvidos no Projeto; e

h) tomar as providências necessárias para que as ações desenvolvidas pelos técnicos enviados pelo Governo brasileiro tenham continuidade.

Artigo IV

1. Durante a implementação e execução do Projeto, a gestão da infraestrutura e dos demais bens a ela anexados, quer de natureza móvel ou imóvel, doravante designados em conjunto "infraestrutura", será exercida de forma compartilhada por intermédio de um Comitê de Gestão.

2. A gestão compartilhada visa garantir a boa execução e o monitoramento das atividades previstas conforme o Plano de Trabalho estabelecido no documento de Projeto.